

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**RAQUEL DE ALMEIDA CARMINATI**

**EXPANSÕES E EXCLUSÕES DA/NA CIDADE: UM ESTUDO DA  
SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE  
ITAPOÃ, EM VILA VELHA/ES**

**VITÓRIA  
2017**

RAQUEL DE ALMEIDA CARMINATI

**EXPANSÕES E EXCLUSÕES DA/NA CIDADE: UM ESTUDO  
DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA COMUNIDADE DE  
PESCADORES DE ITAPOÃ, EM VILA VELHA/ES**

Monografia apresentada ao curso de Direito da  
Faculdade de Direito de Vitória – FDV como  
requisito parcial para obtenção do título de  
bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. André Filipe Pereira Reid  
Santos

VITÓRIA

2017

RAQUEL DE ALMEIDA CARMINATI

**EXPANSÕES E EXCLUSÕES DA/NA CIDADE: UM ESTUDO DA  
SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE  
ITAPOÃ, EM VILA VELHAS**

Monografia apresentada ao curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória –  
FDV como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. André Filipe Pereira Reid Santos

Faculdade de Direito de Vitória

Orientador

---

Professor(a):

Faculdade de Direito de Vitória

Examinador(a)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por sempre olhar por mim e ser responsável por todas as coisas.

Ao meu orientador pelo interesse que demonstrou em relação ao meu tema, me ajudado na construção do meu trabalho com paciência e dedicação, não se restringindo a me orientar apenas nos horários regulares, mas estando sempre a disposição para tirar minhas dúvidas e fazer sugestões construtivas.

A professora Renata Helena Paganoto por todo o carinho e paciência comigo nas aulas ministradas, mas principalmente por sua visão humana a respeito da cidade e pela sensibilidade de desenvolver a atividade “Direito à Cidade”, onde surgiu o interesse pelo tema trabalhado neste estudo.

Aos meus pais que não medem esforços para me proporcionar a melhor educação e oportunidades, mesmo que muitas vezes seja com muito esforço. Por sempre estarem do meu lado, me apoiando, acreditando em mim e compreendendo minhas faltas.

A minha irmã, Luiza Carminati, que sempre esteve disposta a me ajudar, não apenas neste trabalho, mas em todos os outros ao longo da faculdade, lendo meus textos e me ajudando a melhorá-los com suas opiniões.

Ao meu namorado, companheiro de todas as horas, por todo apoio e incentivo ao longo desses anos de graduação e por ter me ajudado na obtenção das obras utilizadas na pesquisa bibliográfica.

A todos os meus amigos, em especial as amigas que fiz na faculdade, que compartilharam comigo não apenas as incertezas, dúvidas e medos ao longo desses anos de formação acadêmica, mas também risadas, conforto e consolo.

## RESUMO

A cidade é considerada com um valor de uso complexo o que permite diminuir o tempo de rotação do capital e gerar a mais valia. Por este motivo, os agentes capitalistas se preocupam com o local em que seus estabelecimentos vão se localizados, para se beneficiar do sobrelucro da localização, disputando o acesso mais rentável da urbanização. Inseridos nessa disputa pelo solo está o mercado imobiliário, que se beneficia das melhorias realizadas pelo poder público nas cidades para que o preço do solo aumente. Essa valorização do solo decorrente da demanda capitalista por ele faz com que haja um encarecimento dos centros urbanos e que a população da classe baixa seja deslocada para as periferias, onde o preço da terra ainda é menor, criando o padrão de urbanização chamado de centro-periferia. O padrão de urbanização do país nem sempre foi esse. Ele passou a se configurar na medida em que os centros urbanos do país queriam fazer frente às cidades europeias, para dar ideia de modernidade e deixar de refletir o atraso econômico. Foram realizadas diversas obras de infraestrutura e higienização que encareceram os centros, fazendo com que a população mais carente fosse para a área periférica, escassa de boa infraestrutura. Em relação à Vila Velha, sua urbanização decorreu do esgotamento da cidade de Vitória, que também seguiu o padrão de higienização mencionado e passou a contar com o metro quadrado mais caro da região, forçando a classe baixa a ir para outras regiões da Grande Vitória, como Vila Velha. Esta passou a receber investimentos mais significativos em 1979-1989. Entretanto, a construção civil se manteve para a classe mais alta, dando continuidade na construção da faixa litorânea do município. Essa região é altamente seletiva, devido ao preço que a terra adquiriu, expulsando os moradores da comunidade de pescadores que residem no bairro há mais de 50 anos. Essa comunidade também sofre com o preconceito dos outros moradores do bairro, que tem um poder aquisitivo maior. Os pescadores tem uma relação de pertencimento com o local que representa sua cultura e forma de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Demanda capitalista pelo solo. Centro-periferia. Pescadores.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da localização da área de estudo .....	27
Figura 2 – Foto de casas autoconstruídas na colônia de pescadores de Itapoã .....	28
Figura 3 – Foto dos prédios no entorno da comunidade de pescadores em Itapoã .....	29
Figura 4 – Mapa das áreas entrevistadas .....	30

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>1 A DEMANDA CAPITALISTA SOBRE O SOLO E O PREÇO FUNDIÁRIO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO NA CONSTITUIÇÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS .....</b>	<b>15</b>
<b>3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SEGREGADO EM QUE (AINDA) RESIDEM A COMUNIDADE DE PESCADORES DE ITAPOÃ, EM VILA VELHA/ES .....</b>	<b>22</b>
3. 1 O ESGOTAMENTO DA CIDADE DE VITÓRIA IMPULSIONANDO A URBANIZAÇÃO DE VILA VELHA .....	23
3. 2 A INTENSIFICAÇÃO DA URBANIZAÇÃO EM VILA VELHA, A DEMANDA CAPITALISTA PELO SOLO E OS PESCADORES.....	26
<b>3. 2. 1 Primeiro aspecto associado aos pescadores: sujeira.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2.2 Segundo aspecto associado aos pescadores: bagunça/maus costumes.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2.3 Terceiro aspecto associado aos pescadores: crime .....</b>	<b>36</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo se preocupa com o impacto da segregação espacial e social perante a colônia de pescadores localizada no bairro Itapoã em Vila Velha no estado do Espírito Santo. Ele tem como objetivo analisar como se deu essa segregação

Este exame será feito em três partes principais. A primeira se baseia em uma perspectiva mais teórica, que irá explicar o porquê que a terra, apesar de não possuir um valor, adquire um preço devido à demanda capitalista pelo solo. Continuando o viés teórico o estudo apresenta o modelo de urbanização decorrente dessa valorização da terra, qual seja, o centro-periferia, explicando seus conceitos e características.

A segunda parte busca mostrar como se deu ao longo da história o processo de urbanização no país, mas principalmente nas grandes duas metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo, para explicar como se chegou no padrão centro-periferia. Cabe ressaltar essas cidades foram escolhidas, pois o modelo de urbanização que ocorre nelas é repetido, porém de forma mais tardia e lenta por outras cidades brasileiras, como é o caso de Vila Velha, foco deste trabalho.

A terceira e última parte se dedica a analisar como ocorreu o processo de urbanização na cidade de Vila Velha, que não pode ser analisada sem que seja levado em conta o desenvolvimento da cidade vizinha e capital do estado, Vitória, uma vez que a primeira começou a receber maiores investimentos devido ao esgotamento da segunda. Nesta última parte, será possível perceber que o padrão centro-periferia ainda continua ocorrendo na cidade foco do estudo, fazendo que no mesmo local, convivam pessoas de classes sociais diferentes.

Por isso, também será analisada a relação e interação entre tais classes, através de depoimentos dos moradores dos “novos” prédios da orla e da comunidade de pescadores que reside no local há mais de 40 anos, através do trabalho de campo realizado.



Por fim, o presente estudo ainda irá refletir sobre a ligação da comunidade dos pescadores com o local em que vivem, uma vez que a pesca não é apenas uma atividade ou labor, mas sim um estilo de vida em que estão envolvidas a cultura e tradição.

O método científico utilizado foi o materialismo. Esse método “se apresenta como um método de investigação, uma forma de analisar o objeto sob o aspecto material transformado” (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2009, p. 73).

Esse método exige que o pesquisador analise o objeto através de todos os seus aspectos e para buscar informações sobre ele é necessária a observação, a realização de entrevistas ou questionários, pois a partir dos dados colhidos é possível determinar qualitativamente as características do objeto em estudo (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2009, p. 76).

## **1 A DEMANDA CAPITALISTA SOBRE O SOLO E O PREÇO FUNDIÁRIO**

A urbanização e o desenvolvimento das cidades são temas de vários estudos e preocupações. No Brasil, de acordo com Luiz Cesar Queiroz Ribeiro (2015, p. 37), autor que utilizaremos como base neste capítulo, tem-se a crença de que o mercado de terras é o principal mecanismo gerador dos problemas urbanos, como “dispersão/hiperconcentração, déficit habitacional, crescimento periférico, alto custo dos equipamentos urbanos”, entre outros.

O autor esclarece que (RIBEIRO, 2015, p. 37 e 38) a ligação entre o mercado de terras e o processo de disposição das cidades se apresenta de duas formas. A primeira seria pelo mau funcionamento deste mercado, que permite a especulação dos preços. E a segunda pelo fato de que os espaços ficam mais valorizados e, conseqüentemente, mais caros, por conta dos investimentos públicos em infraestrutura.

Essas afirmações são feitas de forma crítica às teorias de tradição neoclássica. Essas teorias defendem que o mercado é um mecanismo de distribuição equilibrado das atividades no espaço, mas não é isso que ocorre. Pelo contrário, para estes autores críticos, os mercados criam situações de oligopólio, promovendo o domínio de determinadas empresas sobre determinados produtos e serviços, gerando ineficiência no uso do solo e desigualdades sociais (RIBEIRO, 2015, p. 38).

Eles ainda reuniram algumas orientações da Economia do Bem-Estar, importantes para o presente estudo, como o fato de que os preços fundiários serem decorrentes de economias externas que muitas vezes são criadas pelo próprio poder público, como é o caso de investimentos em infraestrutura mencionados anteriormente. Por conta disso, fala-se que o rendimento da terra propicia um nível de bem-estar superior a outros tipos, pois o preço não está relacionado a uma ação do proprietário; este não precisa depreender nenhum tipo de esforço para que haja o rendimento (RIBEIRO, 2015, p. 38).

Devido a essa relação entre os preços fundiários e as situações de economia externas a eles, criadas pelo poder público em muitos casos, é necessária a intervenção do governo para que se possa corrigir a utilização do solo e promover uma distribuição sócio espacial de riquezas de forma equânime.

Entretanto, Ribeiro (2015, p. 39) elucida que o governo não é capaz de intervir de maneira eficaz nos mecanismos de valorização da terra, não somente no nosso país, mas também em outros países latino-americanos. Em alguns, existe até mesmo alguns mecanismos, tanto jurídicos como institucionais, que permitiriam a intervenção no controle de desenvolvimento urbano. Entretanto, ela fica apenas no âmbito formal, não sendo aplicada materialmente, motivo pelo qual “o crescimento urbano continua a produzir irracionalidades na ocupação do solo”, desigualdades e segregações.

É importante esclarecer que a terra é um bem não produzido que, por isso, não possui um valor, mas adquire um preço, como já mencionado. “É a procura que suscita o preço da terra e não o encontro do mercado de produtores e compradores do solo”, não sendo o preço regulado pela lei da oferta (RIBEIRO, 2015, p. 39).

Essa procura, todavia, não é a formada pelos consumidores, ou seja, não são as preferências deles que levam a fixação do preço da terra e sim a demanda capitalista pelo solo.

Em outras palavras, é necessário colocar como premissa de análise que os preços fundiários são formados a partir da hierarquia de preços gerada pelas várias demandas dos agentes capitalistas que valorizam seus capitais através da utilização e da transformação do uso do solo urbano (RIBEIRO, 2015, p. 40).

Por conseguinte, para entender como ocorre a formação do preço da terra e os seus efeitos sobre a cidade, é necessário compreender as relações entre valorização dos capitais e uso do solo (RIBEIRO, 2015, p. 40). Essa valorização do capital decorre por vários motivos, como será demonstrado. Primeiramente, é importante externar algumas premissas.

Alguns modelos são desenvolvidos de modo a explicar a localização das empresas no espaço urbano. Dependendo do local em que elas estão, devido às economias externas, elas possuem uma rentabilidade diferente. Porém, esses modelos não explicam o processo de criação dessas economias externas. (RIBEIRO, 2015, p. 41).

A razão dessa falta de explicação se deve ao fato de que esses modelos estão sustentados na economia neoclássica que não pensa no processo de produção de mercadorias além das condições da empresa isolada. Para eles, os efeitos que se passam fora do imediato processo de produção são tidos como “condições naturais” (RIBEIRO, 2015, p.42).

Mas, para que ocorra a compreensão das relações entre o espaço urbano e a economia, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2015, p. 42) afirma que é necessário afastar-se do nível individual da empresa, pois embora elas sejam unidades isoladas, “existem condições gerais que regem e regulam o funcionamento de cada unidade”.

O autor (RIBEIRO, 2015, p. 42) explica que é necessário pensar como as externalidades existentes nas cidades influenciam no processo de produção e circulação de mercadorias, surgindo como elemento externo.

Essa influência se deve ao fato de que para que se tenha a mais valia, ou seja, para que o valor ao final seja maior do que o valor inicialmente investido, o agente capitalista precisa ter acesso, por exemplo, à matéria prima e força de trabalho disponível. Nas palavras do autor (RIBEIRO, 2015, p. 43):

Para que o capital-dinheiro converta-se em capital- produtivo é necessário o controle sobre um conjunto de valores de uso que, combinados de uma determinada forma, produzirão um valor superior ao capital-dinheiro inicialmente empregado.

Há diferentes tipos de valores de uso. Existem aqueles que são transformados em mercadorias, como é o caso da matéria prima e dos instrumentos de trabalho. Outros, não reprodutíveis, que são chamados de “propriedade do capital”, quando

ocorrem no interior de um processo de produção e que servem para diminuir o tempo de trabalho, como é o caso de uma grande quantidade de trabalhadores em uma mesma empresa, fazendo com que aumente “a força produtiva em proporções superiores à soma das forças de trabalhos individuais” (RIBEIRO, 2015, p. 44).

E ainda existem aqueles valores de uso que são necessários à produção, mas que não são realizados no interior de uma empresa. Eles não são controlados por ela de forma isolada e são denominados de “propriedades da natureza”. Como exemplos, encontram-se os recursos naturais e os efeitos úteis de aglomeração (RIBEIRO, 2015, p. 44).

Ribeiro (2015, p. 44) define efeitos úteis de aglomeração como “o valor de uso resultante da articulação quantitativa, qualitativa e espacial de vários processos de produção e de circulação de mercadoria e da configuração espacial de objetos imobiliários que servem como suporte àquela articulação”.

Dessa forma, a cidade pode ser pensada como um valor de uso complexo, que nasce da combinação de outros valores de uso simples, uma vez que a utilização deles permite aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o tempo de rotação do capital, tendo um lucro maior. Todavia, a ocupação do espaço urbano é desigual, dado que os agentes capitalistas se instalam nos espaços urbanos que possuem melhores valores de uso simples, como a matéria prima e trabalhadores, se beneficiando do sobrelucro da localização (RIBEIRO, 2015, p 45).

Nesse sentido, é extrema a preocupação dos agentes econômicos com o local em que seus empreendimentos vão ser localizados, para que eles possam se beneficiar com o sobrelucro da localização. Lefebvre (2001, p. 15) ensina que as indústrias se instalam perto das fontes de energia, de meios de transporte, matérias-primas, reserva de mão de obra e que a cidade, permite a concentração desses meios de produção em um espaço curto.

Contudo, nenhum agente pode controlar a formação e renovação da urbanização das cidades, motivo pelo qual eles tentam controlar o acesso ao seu mais valioso uso econômico (RIBEIRO, 2015, p. 46).

Corroborar para o encarecimento e a disputa da terra, não apenas as indústrias, mas outros diversos estabelecimentos que surgem com o processo de industrialização, como é o caso dos centros bancários e financeiros (Lefebvre, 2001, p. 16). Entre eles, está o mercado imobiliário que também se beneficia do sobrelucro da localização. De acordo com Lúcio Kowarick, (1979, p. 33) este mercado tem um método próprio de aumentar o preço da terra e conseqüentemente o lucro do investimento.

Esse método consiste no fato de que um novo loteamento não é feito em continuidade com o anterior que já possuía infraestrutura, entre eles é deixada uma área vazia. Quando esse novo loteamento feito é completado, ele recebe melhorias em sua infraestrutura assim como linha de ônibus. Dessa forma, necessariamente, “para servir o ponto loteado, passariam pelas áreas vazias, benfeitorias de melhoramento público”. Assim, devido às melhorias feitas, principalmente pelo poder público, o valor das áreas sem loteamento cresce e o mercado imobiliário se beneficia com o sobrelucro (KOWARICK, 1979, p. 33).

De acordo com Kowarick (1979, p. 37), “o surgimento de uma rodovia ou vias expressas, a canalização de um simples córrego, enfim, uma melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos” encarecendo os terrenos disponíveis.

A terra tem um valor por causa da utilização capitalista do espaço urbano. O solo urbano adquire um preço devido à concorrência que é estabelecida pelos agentes capitalistas que buscam controlar as condições de urbanização que geram os lucros extraordinários (RIBEIRO, 2015, p. 49).

Por conta desse preço adquirido e de outros fatores que serão analisados ao longo do trabalho, ocorre a valorização e encarecimento dos centros, fazendo com que as populações de renda mais baixa ocupem as áreas mais afastadas, por não possuírem condições financeiras para continuar residindo ali. A valorização dos imóveis se torna incompatível com a presença dessa população, forçando-os a irem para áreas periféricas onde o mercado imobiliário ainda não apresenta interesse (KOWARIC, 1979, p. 37-38).

Esse padrão de urbanização é chamado de centro-periferia, como esclarece a Caldeira (2000, p. 218). Nele, “diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias”.

Esse tipo de segregação, de acordo com Caldeira (2000, p. 218), tem quatro principais características: é disperso em vez de concentrado; as classes sociais vivem distantes, uma vez que as classes média e alta se concentram nos bairros centrais que tem boa infraestrutura e as construções são legalizadas, enquanto que a classe baixa fica na periferia, precária e, na maioria das vezes, ilegal; independente da classe, a maioria dos moradores possui como habitação a casa própria e; a classe baixa utiliza como meio de transporte os ônibus e outros transportes coletivos, enquanto que a classe média e alta usufrui dos automóveis.

Ela afirma (2000, p. 227) que, na década de 70, São Paulo tinha se tornado uma cidade em que as pessoas de classes sociais diferentes estavam separadas por longas distâncias, além de terem uma qualidade de vida e tipos de moradias totalmente distintos. Esse modelo, no entanto, não é exclusivo da cidade paulistana e ocorre também na área escolhida para a realização deste estudo, Vila Velha/ES, embora de forma tardia em relação a São Paulo.

## **2 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO NA CONSTITUIÇÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS**

A segregação, tanto a social quanto a espacial, é uma característica das cidades e metrópoles. Contudo, ela varia de acordo com o tempo, sendo alterada pelo contexto histórico e cultural que aquela determinada sociedade se encontra (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Para que possamos compreender esse padrão de urbanização, é preciso fazer uma breve síntese de como ocorreram as mudanças nas cidades do país, mas, especialmente, nas principais metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que esse padrão é repetido, porém de forma mais tardia e lenta por outras cidades brasileiras, como é o caso de Vila Velha, foco deste trabalho.

Primeiramente, é importante destacar que, apesar dessa urbanização ter ocorrido de diversas formas ao longo dos anos, “a cidade sempre reproduziu a difícil inserção da classe menos favorecida na produção, no consumo e na cidadania”, como afirma Maria da Penha Smarzaro Siqueira (2008, p. 2). Dessa forma, as pessoas de renda mais baixa sempre foram as mais padecentes em relação ao processo de urbanização no Brasil.

A autora afirma que o ideário de modernidade que estava presente na Europa atingiu o Brasil no início do século XIX, com a vinda da Corte Portuguesa ao país. Dessa forma, a ideia de modernidade da época estava associada ao que vinha de fora, as tendências europeias (SIQUEIRA, 2008, p. 3).

A partir de 1808, ocorreram diversas mudanças sociais, econômicas e políticas no país. Entretanto, só a partir da independência, em 1822, as cidades brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro – principais centros econômicos, políticos e culturais do país – passam pela instauração de uma nova cultura urbana, que passa a valorizar o que era tido como moderno na Europa e que tinha como motivo



adaptar as cidades ao crescimento do comércio e das atividades industriais (SIQUEIRA, 2008, p. 2).

A autora (SIQUEIRA, 2008, p. 3.) esclarece que com a República (1889) foi desenvolvido “um clima de regeneração e saneamento das cidades correspondentes ao incremento do capitalismo, que tomava novas formas após a Primeira Guerra Mundial”.

Os centros urbanos brasileiros foram alterados para que fosse possível refletir a modernidade da nova era, o progresso social e econômico, a riqueza e o desenvolvimento urbano e industrial. Entretanto, o país ainda era agrário-exportador, o que reforçava o poder das oligarquias. (CELANTE, 2014, p. 38-39).

Silvio Moisés Negri (2008, p. 145) afirma que com a intensificação desse modelo agroexportador, que era baseado principalmente na cultura do café e em uma industrialização incipiente, começou a predominar a ideia nos grandes centros urbanos de que o país precisava fazer frente às cidades desenvolvidas da Europa, não podendo mais refletir o atraso econômico e tecnológico como estava ocorrendo.

Por este motivo, as reformas que ocorreram no final do século XIX e início do século XX tinham como foco o embelezamento das cidades e a ocultação da pobreza. Para cumprir com esse objetivo ocorreu a regulamentação de alguns instrumentos urbanísticos, como a legalização de atuação do mercado imobiliário, concretização de projetos de saneamento ambiental e paisagismo, enquanto que a classe baixa era expulsa para as áreas mais afastadas da cidade. “Era a conjunção do modelo de embelezamento das cidades e segregação sócio-espacial das camadas mais pobres da sociedade” (NEGRI, 2008, p. 145-146).

Esse pensamento de higienização atravessa o século XX. As cidades foram tomadas por investimentos de caráter sanitários, que estavam ligados a campanhas de educação e vacinação em massa e a realização de diversas obras que estabeleceram um padrão de higienização, tudo de acordo com o pensamento dos países considerados de primeiro mundo (SIQUEIRA, 2008, p. 4).

Essas obras tiveram um impacto grande em relação às camadas de baixa renda, uma vez que, em nome da higienização e do saneamento, várias casas populares e cortiços que eram consideradas como insalubres foram demolidas, dando lugar ao progresso, como já mencionado (SIQUEIRA, 2008, p. 4).

Os espaços “limpos” foram embelezados e destinados ao comércio, habitações, lazer, mobilidade coletiva e ainda à construção de prédios públicos, praças, ruas, avenidas e grandes boulevards, como elucida Siqueira (2008, p. 6). Enquanto isso, a camada mais pobre da sociedade, que foi expulsa desses locais, foi obrigada a se realocar fora dos centros urbanos, se fixando no entorno das cidades, sem ter a infraestrutura adequada e condições habitacionais, pois não tinham condições financeiras de arcar com a valorização ocorrida nos centros.

Conseqüentemente, foram criados novos espaços que continuavam a ser precários, pois “as classes populares se dispersaram pelos subúrbios, pelas casas-de-cômodo do entorno imediato e pelas favelas, que passaram a fazer parte da imagem urbana carioca num contraponto à modernização” (VAZ, 1994, p. 586).

Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo (2010, p. 561) afirmam que, entre 1902 e 1906, a cidade do Rio de Janeiro foi reconstruída, deixando de ser a velha cidade colonial, com ruas estreitas, atravancadas e insalubres e passando a uma moderna capital, inspirada em Paris.

No entanto, para que isso fosse possível, vasto contingente de pessoas foram expulsas sumariamente de suas habitações. Para que fosse construído o progresso, “derrubaram-se os cortiços, ergueram-se belos edifícios, construindo-se um cenário para as elites e, simultaneamente, excluindo o povo” (VICENTINO; DORIGO, 2010, p. 561).

É possível perceber que essa higienização e tentativa de embelezamento dos centros urbanos do país gerou a expansão da periferia e aumentou a desigualdade social existente. Isso ocorre porque passa a existir uma valorização e encarecimento dos centros, fazendo com que as populações de renda mais baixa passem a ocupar as áreas mais afastadas, por não possuírem condições financeiras para continuar

residindo ali, em razão dos preços das novas moradias ou por não conseguir arcar com os novos serviços que são colocados à disposição, como foi explicado no primeiro capítulo deste trabalho. Esse fenômeno, ao mesmo tempo, atrai a camada mais rica da sociedade, gerando entre os novos moradores o desejo de afastar os hipossuficientes.

A intervenção política no espaço urbano pode criar, reforçar ou reduzir os mecanismos de segregação, como afirma Renata Mirandola Bichir (2009, p. 5) e continua esclarecendo que o Estado tem grande influência na formação desses espaços segregados, uma vez que os investimentos que são feitos por ele em infraestrutura e em outros equipamentos públicos geram a valorização. Com isso, muitas vezes a população mais pobre não consegue arcar com os custos das melhorias feitas por conta de mecanismos de renda e terra, sendo obrigada a ir para outras áreas, distantes que são desprovidas de infraestrutura (BICHIR, 2009, p.5).

É importante destacar que no Rio de Janeiro as demolições dos cortiços fizeram com que houvesse um aumento de terrenos livres e, com isso, o setor imobiliário pôde se expandir, pois havia uma grande quantidade de lotes para a construção. Tal setor não contou apenas com esse benefício. Com a reforma urbana, além da necessidade da construção de prédios comerciais para a nova área central, também foi necessário construir novos bairros que estavam em formação (VAZ, 1994, p. 586).

Lilian Fessler Vaz (1994, p. 586-587) esclarece que o mercado imobiliário prosperou e se desenvolveu de forma rápida e sem necessidade de subsídios, pois, com a melhoria das condições de salubridade e com a derrubada dos cortiços da área urbana, o governo diminuiu sua preocupação com a construção de casas populares e com isso a construção civil pode abandonar os projetos de construção dessas casas.

Não foi apenas o preço adquirido pelas propriedades por conta dos investimentos públicos que contribuiu para o processo de crescimento urbano, desigualdade e segregação. Vários outros motivos estão inseridos nesse contexto. Entre eles, merece ser mencionado o que ocorreu em São Paulo e também em outras capitais,

que foi a abertura de uma série de avenidas partindo do centro até os subúrbios. Isso também aumentou a especulação imobiliária, pois ocorreu uma considerável demolição e remodelação da região central. Como resultado, os trabalhadores que não podiam pagar os elevados alugueis acabaram sendo expulsos dessas áreas (CALDEIRA, 2000, p. 216-217).

Essa expulsão ganhou força com o lançamento de um sistema de ônibus, que possibilitava que os mais pobres vivessem no subúrbio, pois tinham condução para vir ao centro trabalhar, aumentando a expansão da cidade em direção a periferias (CADEIRA, 2000, p. 217).

A divisão social do espaço (D.S.E) só é possível por conta do sistema de transporte coletivo, de automóveis, e outros instrumentos que permitem com que a classe alta e a mais pobre fixem seus imóveis em locais diferentes. “Desta forma, o binômio que existia entre segregação/distância pode ser substituído por segregação/D.S.E” (NEGRI, 2008, p. 147).

Ademais, no começo do século XX, algumas empresas forneciam casas geminianas aos seus trabalhadores para que eles pudessem ficar próximo ao local de trabalho e também para que fosse possível disciplina-los com a ameaça de despejo (CALDEIRA, 2000, p. 214).

Entretanto, ao decorrer do século, mais precisamente por volta dos anos de 1930, houve uma forte influência do grupo de indústrias congregados na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) na transformação urbana. A FIESP passou a entender que os empregadores não podiam resolver o problema de habitação dos seus empregados e, por isso, foi favorável à aquisição da casa própria por parte da classe trabalhadora, uma vez que isso aumentaria seu poder de compra, pois reduziria as despesas com moradia, como é o caso do aluguel (CALDEIRA, 2000, p. 217).

O maior interesse das indústrias, como afirma Caldeira (2000, p. 217), era “organizar o espaço da cidade para a expansão industrial”. Além disso, ocorreu nessa época uma valorização dos terrenos residenciais, tornando para as empresas uma opção

antieconômica a construção de vilas para seus operários, ainda mais quando existia uma grande quantidade de força de trabalho devido ao fluxo migratório (Lúcio Kowaric, 1979, p. 31).

Outro fato que ajudou na segregação espacial foi a influência do governo federal, especialmente depois da Revolução de 1930, em que foram criadas oportunidades para as classes urbanas adquirirem a casa própria, porque acreditava-se que essa seria uma das bases da estabilidade social (CALDEIRA, 2000, p. 217)

Para Caldeira (2000, p. 218), o maior impacto nas cidades e nos arranjos habitacionais das camadas mais humildes ocorreu em 1942, “no contexto de uma crise habitacional marcada por alugueis altos provocados pela crise econômica associada à Segunda Guerra Mundial e pela reforma das regiões centrais em várias cidades brasileiras”. Outro fator para tal crise foi a Lei do Inquilinato, que congelou todos os alugueis até 1964, com alguns pequenos aumentos por causa da inflação. Em São Paulo, a consequência foi a imediata diminuição no mercado de aluguel, acelerando a partida de trabalhadores para a periferia, onde podiam encontrar terrenos por um preço mais acessível e muitas vezes irregulares para construir eles próprios suas casas.

Era justamente devido à ilegalidade presente nos lotes da periferia, aliados à falta de infraestrutura do local, que ela se tornou acessível para os trabalhadores. Eram bairros sem asfalto, eletricidade, água, esgoto, telefone, escola ou hospitais, ligados à cidade por um sistema de ônibus (CADEIRA, 2000, p. 221). De acordo com Edésio Fernandes (2002), essa informalidade atingia quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro.

Por fim, a convergência dessas várias iniciativas, somadas ao aumento populacional de São Paulo, que também aconteceu no Rio de Janeiro, levou ao padrão de segregação urbana, centro-periferia, que como afirma Caldeira (2000, p. 218), caracterizou São Paulo nos 50 anos seguintes. “No novo arranjo, pobres e ricos viveriam separados: distância, crescimento econômico e repressão política permitiriam uma peculiar desatenção de um em relação ao outro” (CALDEIRA, 2000, p. 218). Como exemplo dessa disparidade de infraestrutura existente entre os

centros das cidades e as suas periferias, em São Paulo, em 1968, o Plano Urbanístico Básico mostrou que no centro, 1,3% dos domicílios não tinha água encanada, enquanto que na periferia leste, esse número era de 89,3% (CALDEIRA, 2000, p. 227)

O sonho da República Velha, que intensificou o processo de higienização já mencionado, havia se realizado, pois a maioria era proprietária de casa própria e os pobres estavam fora do seu caminho.

Em resumo, nos anos 70 os pobres viviam na periferia, em bairros precários e em casas autoconstruídas; as classes média e alta viviam em bairros bem-equipados e centrais, uma porção significativa delas em prédios de apartamentos (CALDEIRA, 2000, p. 227).

Em um estudo mais recente, realizado em 2004, os serviços passam a ter uma cobertura bem maior no município de São Paulo, mesmo para os mais pobres, especialmente nos casos da água, energia elétrica e coleta de lixo que ficaram praticamente universalizados. Entretanto, alguns como rede de esgoto (75%), calçamento (83,90) e iluminação pública (76%) ainda continuam com uma cobertura inferior (BICHIR, 2009, p. 3).

Contudo, quando esses serviços são analisados em relação às grandes regiões do município é possível observar uma grande diferença entre eles. Enquanto que na área periférica, 45,9% dos domicílios contam com serviços inadequados, nas áreas centrais, somente 22, 1% passam por essa situação. (BICHIR, 2009, p. 3).

Esse tipo de segregação é o que ocorre hoje, de forma mais acentuada na cidade foco deste estudo, Vila Velha, que já foi periferia da cidade de Vitória, sendo possível explicar a diminuição, por exemplo, do número de integrantes da comunidade de pescadores de Itapoã, como será demonstrado no capítulo seguinte.

### **3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SEGREGADO EM QUE (AINDA) RESIDEM A COMUNIDADE DE PESCADORES DE ITAPOÃ, EM VILA VELHA/ES**

Nesse capítulo será externado como ocorreu o desenvolvimento urbano da cidade de Vila Velha e conseqüentemente como o preço da terra presente no município encareceu, afetando a comunidade de pescadores de Itapoã. Para uma melhor análise, é necessário compreender primeiramente como ocorreu o esgotamento da cidade Vitória, pois foi a partir disto que Vila Velha passou a receber maiores contingentes de pessoas e de investimentos.

Para tanto, além de uma pesquisa bibliográfica, foi realizado um trabalho de campo, onde observei o cotidiano dos moradores da comunidade de pesca e conversei com os mesmos, colhendo depoimentos que ficaram registrados em gravador. Além disso, conversei também com os moradores dos prédios “novos” e vizinhos a comunidade.

Frequentei, ao longo de aproximadamente um ano, a orla da praia de Itapoã, as peixarias, assim como as tendas que são montadas pelos pescadores na própria areia para venda dos peixes e mariscos, tendo a oportunidade de observar o comportamento dos pescadores e também dos moradores dos prédios.

Os moradores - como chamei as pessoas que residem nos prédios novos construídos ao longo da orla - se mostraram bem à vontade para responder aos questionamentos que eram feitos, dando a impressão que acreditavam que aquilo que eles estavam falando era um sentimento geral. No entanto, pediram para não serem identificados. Já os pescadores – como chamei os moradores da comunidade de pesca de Itapoã – se mostraram desconfiados e tinham alguma resistência em relatar as suas impressões. Talvez porque os membros da comunidade estejam calejados de serem hostilizados pelos moradores dos condomínios.

Os depoimentos colhidos são apresentados ao longo do capítulo como uma espécie de diálogo e oposição, uma vez que traz as impressões dos moradores dos prédios e logo em seguida a dos pescadores que residem no bairro.

Por fim, é ainda analisada a ligação da comunidade de pesca com o local em que vivem, por não ser a pesca uma atividade apenas de lazer, mas que está relacionada à cultura e tradição da comunidade de pescadores de Itapoã.

### 3.1 O ESGOTAMENTO DA CIDADE DE VITÓRIA IMPULSIONANDO A URBANIZAÇÃO DE VILA VELHA

O desenvolvimento da cidade de Vila Velha está intrinsicamente relacionado à expansão de Vitória, cidade vizinha e capital do estado do Espírito Santo. Por isso, é importante fazer um breve histórico de como ocorreu tal expansão.

Primeiramente é essencial destacar que Vitória não fugiu à regra do ideário de higienização que marcou as outras cidades brasileiras, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo como vimos no capítulo anterior.

A modernização da cidade de Vitória começa a ocorrer no final do Império, no governo de Muniz Freire (1892-1896), quando foi implantado um plano de expansão do centro urbano da capital que englobavam trabalhos de drenagem, saneamento e aterros de áreas alagadiças e pantanosas. De acordo com Siqueira, (2008, p. 8), esses investimentos procuraram “mudar algumas situações que marcavam a cidade num quadro de grande insalubridade”.

Entretanto, Muniz Freire não conseguiu solidificar suas ideias de modernização e higienização, uma vez que as finanças do estado do Espírito Santo estavam comprometidas com a crise do café, produto o qual dependia a economia do estado (CAMPOS JUNIOR, p. 32, 2005).



Siqueira (2008, p. 8) elucida que a partir do final da primeira década do Século XX, no governo de Jerônimo Monteiro (1902-1912), é que o aspecto colonial e insalubre que era característico de Vitória começa a ser substituído, seguindo o padrão de higienização da Europa. O projeto de urbanização incluía obras de melhoramento do porto, devido ao fato da cidade ainda ser dependente da cultura cafeeira e de ser o porto o lócus concentrador do movimento mercantil.

Siqueira (2008, p. 8) esclarece que o principal centro dinâmico da cidade era localizado no cais do porto, área que foi o foco das reformas urbanas, como aterros para a expansão do porto, construção de avenidas, outras obras relacionadas a serviços de água, luz e esgoto, alargamento e calçamento de vias, construções de parques, praças, instalações de bondes e a construção dos primeiros prédios públicos.

O pensamento e os investimentos para tornar a cidade urbanizada e higiênica perpassaram vários governos, tendo maior intensidade em alguns períodos e um retrocesso durante a Primeira Guerra Mundial, época em que as obras que exigiam maior investimento foram paralisadas, como é o caso do melhoramento do porto (SIQUEIRA, 2008, p. 8).

No governo de Florentino Avidos, em meados de 1920, essas obras de grande vulto são retomadas, sendo incrementado um caráter mais dinâmico, que procura integrar Vitória ao “contexto nacional de remodelamento e saneamento urbano”, nas palavras de Siqueira (2008, p. 9). A obra que mais se destaca nesse período é a conclusão da ponte ligando a ilha de Vitória à cidade de Vila Velha, que durante 50 anos foi a única passagem para carros.

Com a Segunda Guerra Mundial, a urbanização da cidade de Vitória passa por uma nova reviravolta. Até então, a economia do estado era predominantemente cafeeira. Entretanto, com a baixa dos preços e a crise nesse setor após a guerra, a política utilizada para amenizar a instabilidade foi a diversificação da agricultura e também a criação pecuária (CELANTE, 2014, p. 50).

Contudo, essas outras atividades que se expandiram por conta da crise do café não deram conta de absorver toda a mão de obra desempregada, fazendo com que o processo migratório para as cidades do sudeste, inclusive Vitória, fosse acelerado (SIQUEIRA, 2010, p. 51).

Por conta da diversificação, ainda foram realizados vários investimentos no setor portuário, siderúrgico e de celulose durante as décadas de 50 até 1970 (CELANTE, 2014, p. 50). Isso resultou em uma economia dinamizada que passou a contar com investimentos no parque industrial capixaba, fazendo com que fossem construídas novas habitações e que houvesse outros investimentos em infraestrutura para que fosse possível a reprodução do capital (SILVA, 2010, p. 43-44), tornando, portanto, o preço da terra em Vitória mais caro.

Dessa maneira, a migração que vinha ocorrendo causou um aumento do tecido urbano para fora do município, fazendo com que a classe trabalhadora se instalasse nas áreas mais precárias, onde a infraestrutura era menos desenvolvida e conseqüentemente o preço da terra era mais baixo e o mercado imobiliário ainda não tinha tanto interesse (CAMPOS JUNIOR, 2002). Para comportar esse aumento no número de habitantes surge a Grande Vitória, região a qual Vila Velha está inserida (CELANTE, 2014, p. 51).

Na década de 70, a economia do Espírito Santo se estabiliza e, como consequência, a cidade de Vitória passou a contar com diversas obras da construção civil ligadas ao mercado imobiliário e empresarial, fazendo com que o metro quadrado se tornasse o mais caro da região e com que a cidade se verticalizasse rapidamente (CAMPOS JUNIOR, 2002).

Em decorrência disso, em Vila Velha, o crescimento demográfico e a multiplicação da população se deram significativamente de 1950 a 1996, tornando-se a cidade mais populosa do estado (ASEVILA, 2010, p. 24). Entretanto, foi a partir da década de 1980 que Vila Velha passa a receber um número mais significativo de habitantes, com o esgotamento da cidade de Vitória, e também por conta do alto custo que a cidade passou a representar (CELANTE, 2014, p. 55).

### 3.2 A INTENSIFICAÇÃO DA URBANIZAÇÃO EM VILA VELHA, A DEMANDA CAPITALISTA PELO SOLO E OS PESCADORES

Vila Velha foi a primeira capital do Estado. Entretanto, em 1551, a sede da capitania foi transferida para Vitória, fazendo com que ficassem na cidade apenas as pessoas mais humildes e que trabalhavam com a pesca (TRIGUEIRO; KNOX, 2013).

Com a transferência da capital, Vila Velha passou 300 anos sem receber investimento público e também do setor privado, como o imobiliário, de forma significativa. Apenas em 1890 ocorreram as primeiras obras de urbanização que se concentraram na região da Prainha (CELANTE, 2014, p. 54).

O investimento se tornou mais intenso com o começo da migração para a cidade de Vitória, fazendo com que fosse necessário escoar os novos moradores para a região do entorno, como já mencionado. Dessa forma, com a construção da Ponte Florentino Avidos em 1924-1928, que ligou a Ilha de Vitória a Vila Velha, houve um impulso do desenvolvimento urbano na cidade (CELANTE, 2014, p.54).

Entre 1986 e 1990, Vila Velha passou por um novo processo de urbanização, o qual é relevante para este trabalho, uma vez que a construção civil se manteve para a classe alta, como ocorria na cidade de Vitória – cidade vizinha e capital do estado do Espírito Santo – dando continuidade de construções na faixa litorânea dos dois municípios (CAMPOS JUNIOR, 2005).

As construções da Segunda Ponte em 1979 e da Terceira Ponte em 1989 tiveram papel fundamental nesse novo processo de urbanização. A Terceira Ponte se destacou por gerar uma expectativa de valorização imobiliária na orla de Vila Velha desde o início das obras de acesso à cidade em 1978 (ASEVILA, 2010, p.70).

Celante (2014, p. 58) esclarece que, em 2014, a cidade detinha 49% dos empreendimentos em construção na Região da Grande Vitória. Sendo que o maior

destaque é para a região 7, que é composta pela Praia da Costa e Itapoã, bairro em estudo, região que detém o maior número de empreendimentos em construção.

Celante (2014, p. 58) ainda afirma que “esta região é considerada altamente seletiva, pois os condomínios de luxo permitem somente aqueles que detêm alto poder aquisitivo de habitar na região”.

Devido às paisagens da cidade, ela se torna um atrativo para o setor imobiliário (CELANTE, 2014, p. 59-60):

Por ser um local de praia, levando grandes construtoras a investirem e terem garantias de bons negócios. Pessoas com alto poder aquisitivo se rendem a estes condomínios devido a segurança, lazer e conforto que lhes são proporcionados, mas vale ressaltar que somente esta parte da cidade é destinado à pessoas com este potencial de aquisição, pois por trás dessa parede de condomínios ainda há uma cidade horizontal e segregada.

Com todo o exposto, é possível perceber que o bairro de Itapoã, que há aproximadamente 50 anos não possuía infraestrutura quase nenhuma, passou a ser um dos bairros mais nobres da cidade, o que provocou o encarecimento da terra, assim como do custo de vida.

Frente a todo esse crescimento e especulação imobiliária, que passa a ter um grande interesse por esta região, conseguiu resistir no bairro de Itapoã a colônia de pescadores que, ao contrário dos empreendimentos que foram surgindo na orla, possuem moradias bem humildes, caracterizada por casas ou pequenos sobrados de dois andares. Devido à atividade que essa comunidade desenvolve, tais moradias ficam localizadas na frente do mar. Esse espaço é muito cobiçado pelas construtoras, para que possam ser erguidos novos empreendimentos (figura 1).

Figura 01: mapa da localização da área de estudo.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (grifo nosso).

Apesar de tal comunidade ainda residir no bairro, ela teve o seu número de moradores reduzidos, por conta do alto valor da terra e custo de vida.

Em entrevista feita com os pescadores, vários deles relataram essa diminuição. Um deles, de 57 anos, informou que muitos moradores estão indo morar em outros bairros da cidade, que ficam na periferia como é o caso de Soteco, Glória e Divino Espírito Santo, porque não conseguem mais se manter no Bairro.

É possível perceber que, em Vila Velha, a segregação centro-periferia continua ocorrendo, fazendo com que, no mesmo bairro, residam pessoas de classes sociais totalmente opostas. Por conta disso, os pescadores não enfrentam apenas a especulação imobiliária, mas o preconceito dos “novos” moradores do bairro, pessoas com médio e alto poder aquisitivo.

De acordo com Caldeira (2000, p. 255), essa proximidade das classes aumentou a desigualdade social, uma vez que é possível verificar paisagens chocantes da

coexistência entre pobreza e riqueza por meio dos tipos de residências em que cada classe reside. No caso concreto, como já mencionado, a moradia dos pescadores é composta de casas bem simples, muitas vezes de um único cômodo, ou sobrados divididos por mais de um núcleo familiar (figura 2).

Figura 2: Fotos de casas autoconstruídas na colônia de pescadores de Itapoã



Fonte: Raquel de Almeida Carminati

Os próprios moradores que não pertencem à comunidade revelam essa situação de preocupação com as residências, como esclarece uma moradora entrevistada, dona de casa de 33 anos: “ao lado aqui do prédio tem uma casa, que não deve ter nem 500m<sup>2</sup>, com umas 15 pessoas, que se revezam para dormir. Você vê que é muita criança”.

Contrapondo a paisagem estão os prédios do entorno, que em sua maioria são de 4 e 3 quartos, possuem varanda, área de lazer completa, com piscina, churrasqueira, quadras e academias (figura 3).

Figura 3: Foto dos prédios no entorno da comunidade de pescadores de Itapoã

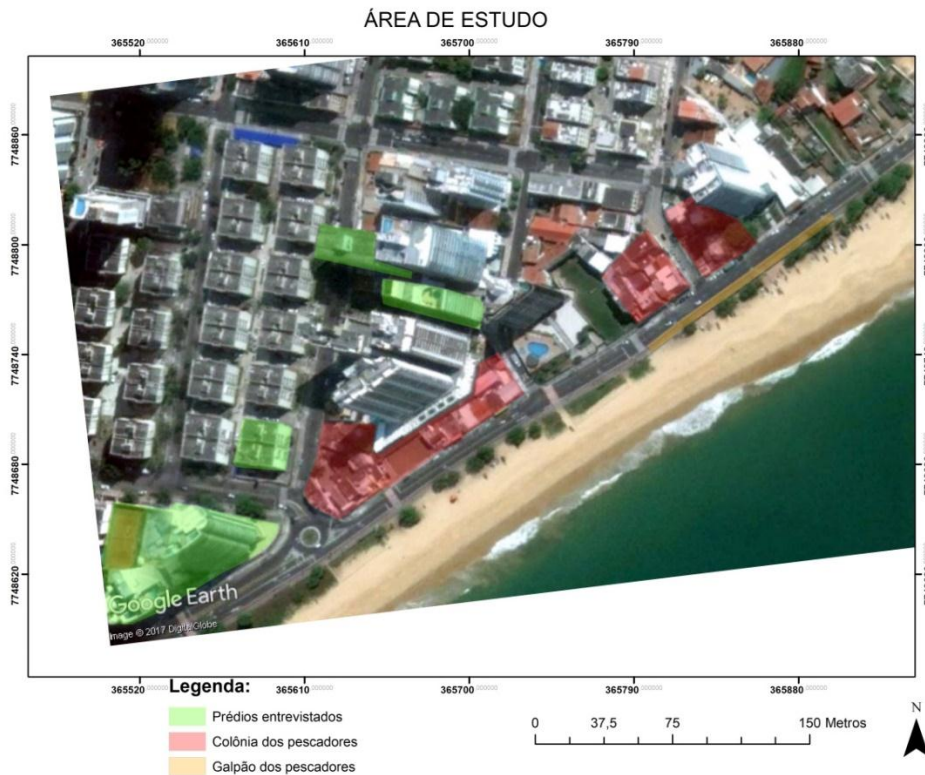


Fonte: Raquel de Almeida Carminati

Esses empreendimentos não têm em comum apenas os vários recursos que oferecem para os seus moradores, mas também possuem sistema de segurança com porteiro 24 horas. Caldeira (2000, p. 251) relata que, em São Paulo, o medo do crime fez com que as pessoas buscassem formas mais seguras de moradias. Por isso, os condomínios fechados têm em sua volta muros e contam com sistema de segurança para manter distância das pessoas indesejadas. No caso concreto, muitas dessas pessoas “indesejadas” fazem parte da comunidade de pescadores, que são associadas muitas vezes como criminosas, como será mais bem explicado adiante.

Cabe ressaltar que a colônia é dividida em dois núcleos. No meio deles e no entorno estão os novos prédios construídos (figura 4).

Figura 4: mapa das áreas entrevistadas



Fonte: Google Earth (grifo nosso)

A comunidade é a assinalada com a cor vermelha, enquanto que a cor verde trata dos prédios em que, em trabalho de campo, entrevistei os moradores. A cor laranja, por sua vez, trata do galpão em que alguns dos pescadores guardam o seu material de trabalho, como barcos, redes de pesca, motores, entre outros. A última área indicada, marcada com a cor laranja, será tratada ao final deste capítulo.

Foram entrevistados moradores de 04 prédios que ficam no entorno da comunidade e foi constatado que ela não é bem vinda e também não é bem vista por esses moradores. Além disso, também foram entrevistados os pescadores da comunidade.

O discurso entre os moradores dos prédios se repete e gira em torno de alguns aspectos, como a sujeira, bagunça/maus costumes e o crime.



### 3.2.1 Primeiro aspecto associado aos pescadores: sujeira

A moradora 01, mencionada anteriormente, dona de casa de 33 anos, continua seu discurso, mencionando o primeiro aspecto que permeia a fala dos condôminos, o da sujeira, esclarecendo que: “eles provocam muita sujeira na rua, jogam lixo no chão, cachorro. Muita sujeira! Mexem no lixo dos vizinhos. É uma coisa assombrosa!”.

O morador 02, estudante de 24 anos de idade, esclarece que: “inclusive, as pessoas do meu prédio queriam tirar eles de lá, porque eles ficam vendendo peixe em frente ao meu prédio, causando sujeira e mau cheiro”. O entrevistado ainda menciona que as pessoas de seu prédio chamam a comunidade de “favelinha”.

O morador 03, autônomo de 55 anos de idade, corrobora com essa visão, dizendo que sua visão da comunidade é negativa, pois “a comunidade também não faz por onde ser ajudada, se você vê ali é lixo para todos os lados, é sobra de peixe que eles jogam na rua, é um mau cheiro. Por outro lado é a questão da pobreza, você vê que eles não têm condições nenhuma”.

É possível perceber a repetição do discurso de higienização que marcou a urbanização do país, onde as pessoas associavam e ainda associam os cortiços e as casas populares com sujeira, insalubridade e atraso.

O desenvolvimento também era associado ao embelezamento, e os cortiços estavam longe desse padrão, sendo retirados dos espaços que ocupavam no centro da cidade para dar lugar a novas obras de revitalização. Nos dias de hoje, essa visão não é diferente, como afirma a moradora 04, comerciante de 53 anos de idade:

Quando você anda por toda a orla das praias de Vila Velha, quando você chega aqui nesse pedaço aonde tem a colônia dos pescadores, eu já ouvi pessoas ao caminhar pelo calçadão dizerem: nossa, essa parte enfeia a cidade. Porque realmente eles fizeram os prédios cada um de uma forma diferente, não tem um padrão, eles não tem cuidado e nem preocupação com nada nesse sentido.

Entretanto, essas pessoas não contam com recursos financeiros para poder construir suas casas de forma diferente do que fazem e também não contam com a ajuda do poder público, como aponta Caldeira (2000, p. 221), dizendo que os moradores da periferia nunca puderam contar com algum tipo de financiamento para financiar a construção de suas casas, pois eles não conseguiam se enquadrar nas exigências feitas pelos programas ou esses programas eram destinados à classe média, como é o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Caldeira (2000, p. 221) pondera que os trabalhadores tiveram que construir suas casas por meio da autoconstrução sendo este um processo de longo prazo em que primeiro se compra um lote, constrói um quarto ou um barraco nos fundos para morar e ao longo dos anos vai expandindo e melhorando. É o que ocorre com os pescadores que ainda estão se mantendo no bairro. Por isso, suas casas possuem uma arquitetura tão diferente dos outros prédios.

Ademais, os pescadores afirmam que muito do que é considerado como sujeira, por parte dos outros moradores, faz parte do trabalho deles, como menciona a pescadora 01 de 46 anos:

A gente sofre muita pressão para sair daqui, porque o pessoal dos prédios não querem que a gente faça fogo na praia, por causa da fumaça, mas a gente trabalha com marisco. Isso aqui eles tem que entender que isso aqui é tradição, é cultura, é passado de geração em geração. Isso aqui não pode se acabar, eles deveriam ajudar a gente. Talvez eles não ajudem porque eles não acham importante, mas ai a gente fica abandonado aqui, porque o poder público também não ajuda.

Ela ainda mencionou que eles não possuem condições para poder uniformizar as barracas de venda de peixe na praia: “cada pescador monta a sua com o que tem e não é muito”, quanto mais as suas casas. Acrescentou ainda que “sujeira” é corroborada pelo poder público que não coloca sequer um chuveiro em toda a orla da praia que perpassa a colônia, assim como não disponibiliza as lixeiras.

### **3.2.2 Segundo aspecto associado aos pescadores: bagunça/maus costumes**

Outro aspecto que está presente na fala dos moradores dos prédios é a bagunça que os moradores da comunidade fazem. Esse segundo aspecto não está relacionado ao primeiro que é o da sujeira. Aqui, estamos falando de um entendimento do que é tido como bons costumes e ordem pelos condôminos.

O morador 05, gestor de negócios de 55 anos entrevistado, afirmou que os pescadores não se comportam como as pessoas que hoje residem no local, “não se preocupam com a ordem e bons costumes”.

Ademais, o morador 02 narrou o comportamento da comunidade da seguinte forma: “eles ficam berrando lá o dia todo e é umas crianças passando na rua”, finalizando sua fala dizendo que: “sinceramente pra mim eles não deviam estar lá”.

Cabe ainda destacar a fala da moradora 06, uma advogada de 36 anos, que diz que “o pior é que eles ocupam toda a calçada como área de lazer, tem cães soltos, alguns agressivos. Às vezes até mesmo a calçada do outro lado da rua eles ocupam”.

E ainda a da moradora 04 que afirma que “eles fazem muito barulho, não respeitam horário, não respeitam os moradores”.

Ora, como já mencionado, as casas da comunidade de pescadores são casas bem simples e apertadas, muitas vezes de um único cômodo dividido por mais de uma família ou com muitas pessoas. Eles não dispõem de áreas de lazer para que as crianças possam brincar ou para os próprios adultos, fazendo com que a calçada vire uma extensão das próprias casas, um lugar arejado em que as crianças têm mais espaço para brincar e os adultos para conversar, ouvir música ou fazer churrasco.

Além disso, os pescadores não utilizam os serviços do bairro, como restaurantes, shoppings ou outras áreas de lazer. Uma pescadora de 50 anos afirmou que a maioria utiliza apenas os supermercados do bairro, mas quando é para comprar roupa eles vão a bairros mais distantes como a Glória, que possui roupas por um preço mais popular. Para se divertir, ficam mesmo nos quintais da comunidade ou vão a bares de amigos.

Nesse sentido, Caldeira (2000, p. 323) afirma que os jovens da periferia compartilham com a classe alta alguns aspectos da cultura globalizada. Apesar disso, eles não se reúnem em shoppings da classe alta, mas em espaços próprios da periferia. Apreciam alguns estilos de música e dança (especialmente o funk) que não são compartilhados pela classe média e alta, principalmente pelos mais velhos, criando um distanciamento entre as classes e no presente caso, entre os condôminos, que não compartilham o mesmo comportamento, gosto e modo de vida que os pescadores.

Quando os condôminos estabelecem essa ausência de bons costumes por parte dos pescadores, estão criando um distanciamento social, de acordo com Caldeira (2000, p 70), a depreciação dos pobres gera “uma espécie de cerca simbólica que tanto marca fronteiras quanto encerra uma categoria e, portanto, previne as perigosas misturas de categorias”.

Menciona ainda que: “aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas” (CALDEIRA, P. 259).

### 3.2.3 Terceiro aspecto associado aos pescadores: crime

Por fim, o último e mais delicado tema mencionado pelos condôminos é o do crime. Em todas as entrevistas realizadas os moradores associavam a comunidade com a falta de segurança que sentem em viver no bairro.

Isso decorre do fato de que as pessoas acreditam que os espaços do crime são espaços marginais, como as favelas e os cortiços, o que explica até mesmo o nome que a comunidade dos pescadores recebe, favelinha. Os habitantes desses lugares são considerados como criminosos em potencial, são pessoas que muitas vezes “estão no limite da sociedade, da humanidade e da comunidade política” (CALDEIRA, 2000, p. 57).

É possível perceber tal afirmação no discurso dos condôminos. A moradora 06 revela que “as pessoas preferem morar na Praia da Costa, pois apesar de não ser tão mais seguro, é menos visível do que aqui”. Reforçando, portanto, a percepção social de que o crime está dentro das comunidades mais pobres.

Os moradores continuam a mencionar o medo que sentem em residir próximos à comunidade. O morador 07, servido público de 57 anos, afirma que têm vizinhos “que estão sempre apavorados, com medo de sair na rua, medo do prédio ser invadido”.

A moradora 06 afirma que também tem medo de entrar no prédio, “determinadas horas, se eles estão por perto do portão da garagem, eu dou volta. Eles transmitem esse medo para a gente”.

A moradora 04 corrobora com esse relato ao afirmar que “chegava muito tarde do serviço e tinha um membro que morava ali na favela - que se fala que é colônia de pescadores, mas para nós é uma favela - ele sempre estava abordando a gente de madrugada para pedir alguma coisa, eu sentia muito medo”.

Dessa forma, a fala do crime não cria apenas preconceitos, mas se materializa em rituais de suspeita e de investigação. Por isso que Caldeira (2000, p. 44-45) afirma que ela “é produtiva, mas o que ela ajuda a produzir é a segregação (social e espacial)”, pois ela afasta as classes. A fala do crime não apenas faz com que alguns grupos sejam discriminados, promovendo sua criminalização, mas também faz com que o medo circule por meio da repetição de histórias (CALDEIRA, 2000, p. 43). Isso fica claro na seguinte frase da moradora 06 colhida no trabalho de campo: “há pouco tempo, uma pessoa do prédio colocou no grupo de Whatsapp que um deles tinha acabado de assaltar e levar o celular de alguém na frente do prédio”.

Mesmo sem saber se realmente o agente daquele crime era um dos moradores da comunidade de pescadores, ela e os outros moradores já estão reproduzindo que são eles, por conta do estereótipo que criaram. As falas do crime, mais do que manter um afastamento, criam estereótipos e preconceitos e reforçam ainda mais a desigualdade existente. Além disso, essa narrativa do crime leva em conta apenas o que pensa a ordem dominante de uma sociedade que é extremamente desigual, não incorporando o que pensam os grupos dominados (CALDEIRA, 2000, p. 43).

Os pescadores tem total conhecimento dos estereótipos que são criados em torno deles. Um deles, pescador 02, de 48 anos, afirmou que “esses prédios que foram construídos agora eles tem uma discriminação. Eles olham de cima para baixo e chamam a gente de favela, então nós incomodamos eles”.

A pescadora 03, de 43 anos, faz um paralelo entre o crime com as comunidades pobres em geral, dizendo: “por que existe muita matança e muita roubalheira? Porque a gente quer trabalhar e eles não querem deixar”. E depois passa a analisar a sua própria situação e de outros pescadores declarando que:

Eu tenho família, tenho 3 filhas, 3 netos, eles dependem de mim. Eu vivo disso com um trabalho honesto, mas se eu não puder trabalhar aqui... Eu já tenho 43 anos para mim começar em uma casa de família é complicado. Pra mim arrumar um outro serviço digno agora é complicado. Tem muitos pescadores que se saírem daqui morrem, porque são nascidos e criados aqui. Eu tenho tio de 70 anos, 60 anos, a vida toda aqui. Se sair daqui, vai morrer, não dá nem tempo de começar uma vida nova. Falam que tem muito noia, tem muito bandido, mas se as pessoas não tiverem aonde trabalhar honestamente ela vai fazer o que? Se eu não puder trabalhar quando meu filho pedir um biscoito eu vou ter que fazer alguma coisa né.

Na fala da pescadora 03 há uma noção de honra e vergonha muito forte: honra pela atividade realizada e vergonha por perceber que incomoda os vizinhos. Assim, é possível perceber não só o contraponto da fala do crime, mas também o sentimento de pertencimento ao local e a atividade que desenvolve com os outros pescadores.

Dessa forma, se os moradores forem retirados desse local ou se forem forçados a sair por meio da valorização do bairro, perdem não só suas moradias, mas sua cultura e forma de vida. Toda a vida desses pescadores está inserida na sua atividade ligada à pesca e também no bairro. Eles acordam bem cedo, muitas vezes ao nascer do sol e já vão para o mar pescar. Voltam com o peixe, limpam e colocam para a venda nas peixarias ao lado de suas casas em frente à orla ou nas barracas de pesca na própria areia da praia.

Além disso, muitos deles relataram que em época de maior quantidade de peixe, eles ficam a noite nas ilhas que estão próximas à praia, conhecidas como Pituã e Itatiaia. Quando não estão pescando e vendendo o peixe, estão confeccionando e fazendo a manutenção de seus equipamentos, como as redes, além de passar o ofício para os mais novos, não necessariamente descendentes, mas também outros membros da comunidade.

Para Helena Maria Marques Araújo (2011), para que possa ser construída a memória e o fortalecimento das identidades locais, é preciso preservar o patrimônio cultural e natural do povo, perpetuando costumes, tradições, saberes. Sem a memória, um grupo social vai perdendo a sua identidade e também sua sobrevivência.

Todavia, isso não ocorre no Brasil, uma vez que as populações tradicionais são colocadas perante um dilema em relação aos seus interesses: ou continuam como comunidades “tradicionais”, “tendo cada vez menos condições objetivas de manter os padrões usuais de reprodução sociocultural ou são assimilados pela sociedade dominante, dissolvendo-se como comunidades” (ARRUDA, 1999). Sendo exatamente isso o que ocorre com a comunidade de pescadores de Itapoã. Na medida em que os novos empreendimentos vão surgindo, o espaço que antes eles ocupavam perdem suas características, dificultando que sua tradição se perpetue na

história, ainda que ressignificada. Além de que, essa especulação e a pressão social fazem com que eles saiam desses locais, como já mencionado ao longo do trabalho, sendo assimilados pela sociedade dominante e perdendo a forma de comunidade.

Para Kantek, Sautter e Michaliszyn (2009), juntamente com toda a bagagem cultural herdada de seus ancestrais, as práticas extrativistas de subsistência estão fortemente presentes na história e na identidade destes grupos. Nesse sentido, de acordo com Gianpaolo Knoller Adomilli (2002, p. 17):

Leva-se em conta a relação dos pescadores com o lugar onde vivem e trabalham, enfatizando seu sentido de pertencimento a um determinado território, visto como um espaço estruturado, construído e vivenciados nos múltiplos aspectos da vida social.

O autor (ADOMILLI, 2002, p. 17) ainda acrescenta que o fato dessa comunidade ocupar e intervir sobre determinado território implica uma valorização, tanto no que se refere à sua organização social, quanto à memória coletiva, que carrega a dimensão histórica desta ocupação e intervenção, constituindo-se no que poderia ser considerado como sua identidade sócio-territorial.

Por fim, destaca-se o depoimento, colhido por Fanny Longa Romero (2014), de um pescador da comunidade de Itapoã que retrata a importância desse local em que residem, assim como da tradição presente:

Já tentaram tirar nós daqui. Esse prefeito que entrou depois queria tirar a gente, só que eles não conseguiram não porque a gente tem, é tradição nossa aqui que é a colônia dos pescador e eles querem acabar com isso, mas só que o povo aqui não concorda em deixar acabar, e os turista que chega também fala que não pode deixar acabar aqui a tradição, porque eles tão construindo um monte de prédio. Aqui era só casa baixa [apontando para o outro lado da rua] igual àquela dali, casinha pequena. Agora já tá cheio de prédio, vão apanhando tudinho, eles vão chegando na beira da praia e tomando a área dos pescador todo.

Confirmando que os pescadores tem uma relação de pertencimento com este local, tem ali toda a sua cultura e tradição e se preocupam com as novas construções que estão surgindo e consumindo o espaço que antes era deles.

Cabe por fim mencionar que além do local exprimir toda a cultura e a tradição da comunidade ele também facilita o trabalho dos pescadores. Por estarem de frente



para a praia, os pescadores conseguem ter um acesso mais fácil aos seus materiais de trabalho, como barcos, redes, motores.

No entanto, os que não mais residem ali encontram outra dificuldade que é transportar esses materiais até a praia. O pescador 04, de 53 anos, explicou que eles possuem alguns galpões embaixo de uma passarela na orla da praia, contudo eles não são suficientes para atender a todos os pescadores. Ademais, a pescadora 03 afirmou que como ela não reside mais na comunidade, morando no bairro Divino Espírito Santo, utiliza as garagens, mas por conta da situação ruim delas, já foi assaltada, tendo sido levado o motor do seu barco entre outros pertences.

Com isso, a segregação espacial e social, além de produzir a separação das classes, no presente caso, afeta a cultura e tradição da comunidade, além de dificultar a realização do ofício dela, a pesca.

## CONCLUSÃO

A terra é um bem não produzido e por isso não possui um valor em si, mas ela adquire um preço. Esse preço é fixado por causa da demanda capitalista pelo solo, uma vez que a cidade é tida como valor de uso complexo que permite aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o tempo de rotação do capital, tendo, portanto, a mais valia.

Por conta disso, os agentes capitalistas se preocupam com o local em que seus empreendimentos vão ser localizados, para se beneficiar do sobrelucro da localização, disputando o acesso mais rentável da urbanização. Assim, o solo adquire um preço porque os vários agentes capitalistas estabelecem uma concorrência para controlar as condições de urbanização que permitem os lucros.

Inseridos nesse meio está o mercado imobiliário que possui um método próprio de valorização da terra, se beneficiando da urbanização realizada pelo poder público para que o preço do solo aumente.

Essa valorização das terras faz com que haja um encarecimento dos centros urbanos que são desenvolvidos, contando com boa infraestrutura, fazendo com que a população de baixa renda ocupe as áreas mais afastadas, por não possuírem condições financeiras para continuar residindo nesses locais, surgindo o padrão de urbanização chamado de centro-periferia, no qual diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias.

Esse padrão de urbanização ocorreu primeiro nas grandes metrópoles do país, ocorrendo de forma mais tardia em outras cidades, como é o caso de Vila Velha, cidade do estudo em questão.

O padrão de urbanização do país nem sempre foi o centro-periferia, ele varia de acordo com o tempo, sendo também alterado pelo contexto histórico e cultural da sociedade.

Ao longo da história do Brasil, os centros urbanos foram alterados para dar a ideia de modernidade, o país não podia refletir o atraso econômico e tecnológico, precisava fazer frente às cidades europeias. Para que pudesse ser concretizada essa ideia de modernidade foram realizados investimentos de caráter sanitário e diversas obras de urbanização que tinham por trás a ideia de higienização. Essas obras tiveram um impacto grande em relação às camadas de baixa renda, que em nome da higienização e do saneamento tiveram suas casas e cortiços derrubados. Além disso, houve o encarecimento dos centros urbanos, os forçando a irem para as áreas periféricas, sem qualquer infraestrutura.

Outros fatores também influenciaram nessa migração da classe mais baixa para a periferia, como a criação de sistemas de ônibus, o fim do financiamento da moradia pelas indústrias e empresas, o aumento do valor dos aluguéis por conta da Segunda Guerra Mundial.

Em relação à cidade de Vila Velha, base deste trabalho, sua urbanização não pode ser estudada sem que seja feita uma relação com a cidade de Vitória, cidade vizinha e capital do estado do Espírito Santo.

O processo de urbanização de Vitória também seguiu o padrão de higienização já mencionado, entretanto, foi com a crise do café após a Segunda Guerra Mundial que a cidade recebeu investimentos em outras áreas como o setor portuário, siderúrgico e celulose, resultando em uma economia dinamizada, possibilitando diversas obras de infraestrutura.

Na década de 70 a economia se estabiliza e Vitória passa a contar com muitas obras da construção civil, ligadas ao mercado imobiliário, momento em que o metro quadrado se torna o mais caro da região. Com isso, a população de classe baixa, principalmente advinda das fazendas cafeeiras, por conta da crise, se instalam nas regiões periféricas que contavam com menos investimentos, como é o caso de Vila Velha.

Os investimentos em Vila Velha só se tornaram mais intensos com o começo dessa migração, principalmente após a construção da Segunda Ponte (1979) e da Terceira

Ponte (1989). Entretanto, a construção civil se manteve para a classe mais alta, dando continuidade na construção da faixa litorânea do município, em virtude das belezas naturais. Dessa forma, a faixa litorânea em que está localizado o bairro de Itapoã é altamente seletiva, permitida apenas aos que detêm alto poder aquisitivo em virtude do preço que a terra adquiriu ali.

Ocorre que nesse bairro, que há 50 anos não havia quase nenhum investimento, está instalada a colônia de pescadores, que possui casas populares em que muitas vezes reside mais de um núcleo familiar, ou muitas pessoas ficam em um único cômodo. No entanto, os pescadores estão deixando essa comunidade e indo morar em áreas mais periféricas e longe da praia, por conta do preço da terra e também dos serviços que o bairro oferece.

Essa comunidade não é bem vista e nem bem vinda pelos outros moradores do bairro, que os associam à sujeira, à bagunça e ao crime. Ocorre no bairro um afastamento, a criação de estereótipos e preconceitos que reforçam as desigualdades existentes.

Se os pescadores forem retirados desse local ou se forem forçados a sair por meio da valorização do bairro, perdem não só suas moradias, mas sua cultura e forma de vida.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **Construindo a memória dos pescadores da Maré através de práticas educativas**. In: 10º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 2011, Rio de Janeiro.

ARRUDA, Rinaldo. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 5, jul.- dez. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X1999000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10. set. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha**, 2010. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes/publicidade/6-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha/174-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha.pdf>>. Acesso em 23. out. 2017.

BICHIR, Renata Mirandola. Determinantes do acesso à infra-estrutura urbana no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 70, jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092009000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 4. out. 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2000.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Culturales, 2005.

CELANTE, Suellem Simão Alves. **Gentrificação: impactos do mercado imobiliário sobre a colônia de pescadores de Itapoã - Vila Velha – ES**. 2014. Dissertação (Mestrado em sociologia Política) – Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2014. Disponível em: <[http://www.uvv.br/edital\\_doc/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20Suellem\\_548a9c99-7546-4559-a63a-dab1e6a8ae7c.pdf](http://www.uvv.br/edital_doc/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20Suellem_548a9c99-7546-4559-a63a-dab1e6a8ae7c.pdf)>. Acesso em: 9. out. 2017.

FERNANDES, Edésio. Do Código Civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. **Urbana**, Caracas, v. 7, n. 30, jan. 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/147803616/Revista-Urbana-Do-Codigo-Civil-ao-Estatuto-da-Cidade-algumas-notas-sobre-a-trajetoria-do-Direito-Urbanistico-no-Brasil>>. Acesso em 4. out. 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Limites administrativos**: Vila Velha. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em 25. out. 2017.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, n. 8, p. 129-153, 2008. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108/99>>. Acesso em: 10. out. 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROMERO, Fanny Longa. O pescador é sofredor: identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal da praia de Itapoã, Espírito Santo. **Estudos de Sociologia**. v. 1, n. 20. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/340/294>>. Acesso em 21 set. 2017.

SILVA, Adriana Ilha da. A constituição do tecido urbano da Região Metropolitana da Grande Vitória/ES. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro**: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010. p.39-67.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A cidade e a urbanização no ideário da modernidade republicana**. In: Seminário Nacional de História da Historiografia, 2, 2008, Ouro Preto. Caderno de resumo e Anais...Ouro Preto: EdUFOP, 2008. p. 1-11.

\_\_\_\_\_. Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980. 2.ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

\_\_\_\_\_. Metropolização, pobreza e exclusão social. **Revista Ágora**, Vitória, n. 7, p. 1-12, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1921/1433>>. Acesso em: 2. set. 2017.

TELLES, R.; SAUTTER, K.; MICHALISYN, M. Impactos ambientais na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, Paraná, Brasil, sob o ponto de vista de moradores tradicionais. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-45132009000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132009000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10. set. 2017.

TRIGUEIRO, Aline; KNOX, Winifred. **Imagens da pesca artesanal do Espírito Santo**. Vitória: GM, 2013.

VAZ, Lilian Fessler. Dos Cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 3, p. 581-597, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337718716iYL2uw3Xe43QN7.pdf>>. Acesso em: 20. out. 2017.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História Geral e do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2010.